



PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

NO MUNDO ATUAL:

DESAFIOS, LIMITES E FAZERES

Organizadores

Verônica Morais Ximenes
Jorge Castellá Sarriera
Zulmira Áurea Cruz Bonfim
Jaime Alfaro I.

Copyright © 2016 by **Verônica Morais Ximenes, Jorge Castellá Sarriera, Zulmira Áurea Cruz Bonfim, Jaime Alfaro I.**

Capa e Diagramação

Francisco Taliba

Revisão e Suporte Técnico

Sara Castro Lima

Revisão Final

Verônica Morais Ximenes

Revisão Ortográfica e APA

Lucas Carneiro

Arte da Capa

Sérgio Melo

Impressão e Acabamento
Expressão Gráfica e Editora

Catálogo na Fonte

Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA COMUNITARIA

Psicologia comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres / Verônica Morais Ximenes, Jorge Castellá Sarriera, Zulmira Áurea Cruz Bonfim, Jaime Alfaro I. [organizadores] .- Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

272 p. :il.

ISBN: 978-85-420-0900-2

1. Psicologia comunitária 2. Psicologia I. Ximenes, Verônica Morais II. Sarriera, Jorge Castellá III. Bonfim, Zulmira Áurea Cruz IV. Alfaro, Jaime V. Título

CDD: 150

Sumário

Apresentação 9

Verônica Morais Ximenes

Jorge Castellá Sarriera

Zulmira Áurea Cruz Bonfim

Jaime Alfaro I.

Prólogo El camino andado y el camino por andar 15

Irma Serrano-García

Eixo: Políticas Públicas

Estado de avance de la discusión sobre la relación entre Psicología

Comunitaria y políticas públicas: derivaciones para asumir la

complejidad del vínculo 25

Jaime Alfaro I.

O desafio de construir políticas públicas de atenção às famílias a
partir de tecnologias sociais e com foco na promoção de resiliência
comunitária..... 49

Maria Ângela Mattar Yunes

Narjara Mendes Garcia

Maria Cristina Carvalho Juliano

¿Es posible el empoderamiento comunitario en tiempos de crisis?

La Psicología en el laberinto político 73

Alipio Sánchez Vidal

Eixo: Acadêmico - Formação

Ética en Psicología Comunitaria: recuento de una década de investigación 97

María Inés Winkler Müller

María Isabel Reyes Espejo

Bárbara Olivares Espinoza

Diana Pasmanik Volochinsky

Katherine Alvear Parra

Eixo: Profissão

Psicología Comunitaria crítica: ¿por qué y para qué? 123

Enrique Saforcada

A quem a Psicologia serve? Sobre a importância da Psicologia Comunitária 139

Raquel S. L. Guzzo

Eixo: Movimentos Sociais

Promoting entrepreneurship and cooperative micro enterprises among people with disabilities 155

Fabricio Balcazar

Shawn Dimpfl

Pobreza: um problema para a Psicologia Comunitária? 175

Verônica Moraes Ximenes

Bárbara Barbosa Nepomuceno

Elvovia Camurça Cidade

La meta Psicología Social Comunitaria: propuesta para afrontar la crisis de la disciplina en América Latina 197

Esther Wiesenfeld

Duga Picharde Albarracín

Eixo: Ética na Dimensão Planetária e em Defesa da Vida

Concientización, conciencia y acción humana 215

Maritza Montero

O conceito de América profunda e suas implicações na Psicologia Comunitária de base latinoamericana 235

Cezar Wagner de Lima Góis

Luciane Alves de Oliveira

Sara Cavalcante Góis

Alexsandra Maria Sousa Silva

Proposições da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária 251

Sobre as autoras e os autores 263

A QUEM A PSICOLOGIA SERVE? SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Raquel S. L. Guzzo

*“Quem se dedica a MARX
no teórico, e não o transforma
no prático, não o entendeu”*

(Klaus Holzkamp, 2016).

1 INTRODUÇÃO

Ao discutirmos a quem, de fato, a Psicologia serve, é preciso, antes de qualquer coisa, destacarmos o contexto a que nos referimos e historicizarmos como estamos compreendendo essa ciência e profissão em seu tempo e lugar. Isso porque Ciência e, também, Profissão adquirem características próprias, conforme atendam a específicas e concretas demandas da realidade na qual se estabelecem. Este ensaio pretende refletir sobre a importância da Psicologia Comunitária no desenrolar dos diferentes caminhos e sentidos que a Psicologia assume, sobretudo na América Latina, como um campo de conhecimento e prática que responde às demandas da realidade. As reflexões aqui apresentadas, no que pese a sua complexidade e abrangência, resultaram de um simpósio apresentado na 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, realizada pela primeira vez no Brasil, e que teve como propósito debater e apresentar ideias sobre esse campo no país. Assim, esse capítulo se estrutura a partir do que foi discutido e apresentado nesse evento, com algumas complementações necessá-

rias ao entendimento da proposta naquele debate. As principais ideias aqui colocadas referem-se à importância da matriz de pensamento em que se funda a psicologia oriunda de diferentes contextos sociais e geográficos e suas consequências para a estruturação dos campos de atuação profissional. Ao mesmo tempo, pretende-se destacar a importância da Psicologia Comunitária como alternativa para um espaço de intervenção comprometida, sobretudo, com as questões sociais.

As diferentes histórias disponibilizadas sobre a origem da Psicologia nem sempre fazem menção a elementos da sociedade da época com as suas respectivas urgências e necessidades de competências profissionais ou conhecimentos específicos. As ideias, os fatos, as interpretações, muitas vezes, transparecem nos textos básicos responsáveis pela disseminação da área e formação de novos profissionais, como se a área tivesse surgido a partir de pesquisas e fora se constituindo pela iniciativa de alguns importantes e consagrados autores. A obra organizada por Freitas (2008) é uma demonstração clara sobre os dilemas, desafios e urgências dessa área, fornecendo a quem deseja entender a Psicologia uma visão clara do que é importante na evolução dos estudos históricos, seus métodos e fontes, seja no período pré-científico ou na época em que a Psicologia atingiu o *status* de ciência.

Esta breve introdução tem por objetivo, principalmente, deixar claro que os relatos de eventos passados se apresentam como reconstruções realizadas pelos pesquisadores, e são marcadas por meio de suas análises e interpretações. Assim, é possível uma variedade de histórias, cabendo a quem as lê validá-las de acordo com sua leitura de mundo e o contexto histórico e social o qual pretende entender. Também, na história, há fatos e evidências que se relacionam com as explicações fornecidas – é preciso que o sentido seja obtido por uma leitura crítica e aprofundada, ao máximo possível, dos elementos da realidade. Toda história é contextualizada e o cenário que ela reconstrói deve ser fiel e coerente com uma dimensão do passado que se busca, mesmo se tratando de uma condição complexa de eventos

que fazem parte do processo de desenvolvimento dos indivíduos em determinado tempo e lugar.

A Psicologia foi se constituindo no início do século XIX nos países mais desenvolvidos do hemisfério norte (PARKER, 2007), como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, buscando responder às exigências presentes naquele contexto político e econômico de uma nova sociedade em desenvolvimento. Se tomarmos esse marco para considerar o surgimento da psicologia, podemos destacar, pelo menos, três importantes configurações teórico-metodológicas, que constituem *Psicologias* distintas pelos espaços e modelos que representam: a Psicologia Eurocêntrica e Norte-americana; a Psicologia Soviética e a Psicologia Latino-Americana. Sem pretensão de esgotar o assunto, esse destaque visa a chamar a atenção para algumas de suas diferenças, enfatizando como não podemos considerar a Psicologia como um só corpo de conhecimento e modo de atuação sem considerarmos os contextos em que foram produzidos, do ponto de vista histórico e social.

Para Brock, Louw e van Hoorn (2004), há poucas discussões consistentes sobre o estado atual da história da Psicologia, assim como seus problemas e direções futuras, considerando que pesquisadores envolvidos com esse campo tendem a focar em um aspecto limitado da totalidade, especialmente aquele que melhor cabe em suas pesquisas. Essa pode ser a razão para uma visão estreita e universal da área, que tem impactos na formação de novos profissionais, sobretudo no Brasil.

As mudanças sociais têm influência sobre a profissão e o contrário também é verdadeiro – o conhecimento científico produzido deve ser absorvido pela profissão para responder às demandas da realidade –, por isso, essa estreita relação entre produção do conhecimento, formação e exercício profissional deve ser regularmente refletida e validada, para que a formação possa responder às exigências do campo profissional. Se a Psicologia surge como ciência e profissão no início do século XIX, suas mudanças e ajustes teóricos devem corresponder às mudanças na história da humanidade, ao mesmo tempo, sendo va-

lidadas para que possam corresponder às demandas da realidade. Validar a história é uma tarefa difícil. Para Prilleltensky (2008), a proposta de validade psicopolítica ajuda a dar sentido às análises da história. Esse conceito, apresentado pelo autor, busca as consequências políticas no cotidiano da vida e põe em curso uma leitura de possibilidades presentes na construção dos próximos passos para a Psicologia e suas produções necessárias para dar consistência à área. Podemos considerar que indicadores de validade psicopolítica são evidências de que as políticas, tanto no nível micro quanto no macro, cumprem, ou não, o seu papel. Desenhar, portanto, políticas públicas baseadas em evidências significa explicitar bases conceituais, técnicas, estatísticas e teorias econômicas que sustentam as práticas. No entanto, é preciso validar todo esse processo e, para isso, esse indicador de validade serve, ao mesmo tempo, para avaliar tanto a consequência da política na vida cotidiana das pessoas envolvidas como um todo, quanto a contribuição que a Psicologia assume nas Políticas Públicas.

No âmbito da produção científica há, também, o domínio de uma abordagem sobre outras formas de conhecimento produzido e suas consequentes práticas. A ideia desse capítulo não é fazer uma extensa e intensa revisão histórica da Psicologia, mas destacar, de modo breve e objetivo, algumas matrizes do conhecimento produzido pela Psicologia como respostas às determinações sociais, políticas e econômicas onde foram produzidas.

2 AS PSICOLOGIAS – EUROCÊNTRICA E NORTE-AMERICANA, SOVIÉTICA E LATINOAMERICANA

De modo institucional, a psicologia europeia/norte-americana surge no final do século XIX com as mudanças ocorridas na organização da sociedade, especialmente na relação entre propriedade, família e Estado, que determinaram novas condições de vida para as pessoas daquela época e lugar (Engels, 2002). A diversidade teórica, comum nas Ciências Humanas e Sociais, não foi considerada pela

Psicologia em seu período inicial, já que buscou nas Ciências Naturais seu modelo de ciência, situação que foi considerada como uma crise na Psicologia, à medida que o conhecimento psicológico não contribuía para o entendimento da complexidade da vida social (Parker, 1989). Com o crescimento e consolidação da sociedade aos moldes capitalistas, a Psicologia fornece respostas à necessidade de explicar e entender o funcionamento das pessoas nesse contexto.

Durante o século XX, em tempos de radical transformação social relativa à Revolução de Outubro, novas práticas sociais e abordagens teóricas foram se consolidando em um outro modelo de Psicologia. Para Dafermos (2014), a Psicologia Soviética é uma tradição teórica da qual emergiram e foram desenvolvidos conceitos, teorias e abordagens, como uma forma especial de lidar com a realidade da União Soviética, à época. A Psicologia Histórico-Cultural (Vygotsky) e a Teoria da Atividade (Luria) tiveram grande influência no desenvolvimento da ciência e profissão, promovendo discussões em vários países, mesmo depois do colapso da União Soviética. Conceitos e teorias derivados da Psicologia Soviética foram desenvolvidos em oposição à Psicologia tradicional, pois foram forjados e fundados no modelo de análise marxista da realidade em um outro modo de organização econômica, política e social. A mudança social que aconteceu imediatamente depois da Revolução Russa exigiu e estimulou questionamentos científicos, de tal forma que pudessem explicar as tensões entre as condições objetivas e subjetivas, entre sujeito e objeto, entre indivíduo e sociedade, entre capital e trabalho. Fundamentos teóricos foram desenvolvidos para um estudo interdisciplinar do ser humano. Essa é uma abordagem que sustenta uma série de práticas diferenciadas.

Na América Latina, a história da Psicologia é marcada, sobretudo, por uma condição de dependência e colonização da Europa e Estados Unidos. Sendo um continente colonizado, a sua história foi forjada pelas distintas posições econômicas e políticas de norte a

sul, tensões, conflitos, com consequências presentes até os dias atuais, as quais deixaram suas marcas, sobretudo nas práticas profissionais. Na Psicologia isso não foi diferente. Em um livro organizado por Parker (2015) sobre Psicologia Crítica, Guzzo (2015) apresenta um breve ensaio sobre a Psicologia no continente americano, trazendo um entendimento do que são as Américas e como a Psicologia se desenvolveu nesta parte do mundo. Apenas para destacar o surgimento da matriz latino-americana da Psicologia, é importante rever algumas informações apresentadas por este ensaio. Considerando apenas o continente americano, existem, aproximadamente, 12% da população mundial com distintas e milenares culturas nem sempre respeitadas e preservadas pelo processo de colonização. Os três blocos geográficos que constituem o continente americano têm, em seu conjunto, 37 países – América do Norte (cinco países), América Central (20 países) e América do Sul (12 países). Do ponto de vista cultural e político, no entanto, são considerados dois blocos: a América Anglo-saxônica e a América Latina, que têm histórias diferentes de colonização e, portanto, de desenvolvimento. O texto ainda chama a atenção para a desigualdade no número de países em cada parte do continente, considerando que a estrutura de dominação acontece do norte, com um número menor de países, sobre o sul, que abriga a maioria; e, de modo também muito evidente, as desigualdades sociais e econômicas entre os países do norte e do sul. Nesse contexto e, historicamente, em um período radical de ditadura e ofensiva norte-americana, a Psicologia se constitui como uma práxis crítica – uma ação intencional na realidade em favor de uma população oprimida (Martín-Baró, 1996) e processos de tomada de consciência (Freire, 1972). Processos de problematização da realidade e tomada de consciência, propostos por Paulo Freire, têm se constituído alguns dos objetivos psicossociais a serem alcançados por profissionais que se posicionam criticamente e alimentam a esperança por um mundo menos injusto e desigual (Guzzo, Marçal & Rybka, 2013; Montero, 2012).

Ao revisarmos, de modo breve, como se desenvolve a Psicologia em distintos espaços e épocas, podemos entender, de modo mais evidente, os elementos ideológicos que se apresentam na Psicologia dominante, entendendo a tensão que existe dentro da própria área por um modelo de conhecimento e exercício profissional. Para Parker (2007), a Psicologia dominante revela a ideologia quando apresenta a tendência a atribuir peso excessivo a fatores individuais para explicar comportamentos sociais (individualismo); a tendência a analisar problemas sociais como desajustamentos psicológicos, sem considerar a estrutura classista e socioeconômica do sistema social (neoliberalismo); a tendência a desconsiderar o potencial inconformista de soluções e encaminhamentos teóricos e práticos da Psicologia (processos de resistência e insurgência); a redução da possibilidade de que o conhecimento e a prática psicológica possam ter como consequência a tomada de consciência sobre a importância das influências adversas na vida cotidiana (ética e política).

Essa reflexão nos conduz a uma questão muito cara para o que estamos defendendo: De que lado estamos? Partindo da consciência de classe que permite compreender a realidade por outra perspectiva, tal como ela, de fato, se configura, é preciso que a/o psicólogo/a se posicione sobre a consequência de suas ações. Ao contrastar os esforços da Psicologia em lidar com os problemas do indivíduo, sua ação negligenciou obrigações éticas e morais com a sociedade como um todo. A Psicologia dominante tem tornado – além de mantido – explícito o processo pelo qual as pessoas aceitam a ordem social vigente da melhor forma possível, sem sofrimento, o que, de modo evidente tem assumido o papel de manter o *status quo*, impregnando nas nossas ações a ideologia dominante.

Isto posto, é preciso entender o crescimento da Psicologia no Brasil. Massimi (2004) e Massimi & Guedes (2004) trazem importantes elementos para uma análise de como se constituiu a Psicologia no Brasil. Bastos, Gondim e Rodrigues (2010) apresentam dados so-

bre o crescimento exponencial no número de cursos de Psicologia no país, desde 1958, quando o primeiro curso foi registrado, até os dias de hoje. Uma consulta no atual diretório dos cursos de graduação em Psicologia no país indica que existem 464 cursos cadastrados na plataforma do Ministério da Educação (BRASIL, 2016). São programas abertos oficialmente, ou seja, que receberam autorização ministerial para funcionarem em diferentes instituições de ensino superior.

Um detalhado perfil da Psicologia brasileira é apresentado por Borges-Andrade, Bastos, Andery, Guzzo e Trindade (2015), demonstrando que o campo profissional da Psicologia no Brasil passou por grandes transformações, mas há ainda aspectos mantidos sem uma devida e aprofundada avaliação. Diversas áreas de atuação profissional não se consolidam por um projeto ético-político claro. A adoção de múltiplos referenciais teóricos, apresentados precocemente aos estudantes, mais produzem confusão e fragilizam os fundamentos que deveriam orientar o trabalho dos profissionais, sem que se consiga demonstrar, de fato, a diversidade e o compromisso da Psicologia com uma visão de mundo e sociedade. Há discrepâncias ainda em campos de atuação e na definição de um perfil profissional com específicas competências, sugerindo problemas concernentes à formação na graduação e pós-graduação. Alguns desafios estão evidentes para a formação, tanto na graduação quanto na pós-graduação. O primeiro deles, e o mais importante, é tornar as experiências curriculares efetivamente correspondentes aos projetos pedagógicos apresentados pelas instituições formadoras e, conseqüente a esse, a formação crítica responsável pelo compromisso assumido de fato com a realidade brasileira.

Nesse contexto, reafirmamos aqui a importância da Psicologia Comunitária que, concebida como uma área do conhecimento e um campo de atuação profissional, é importante para uma nova configuração da Psicologia, sobretudo para o combate à opressão e subalternidade dos povos latino-americanos.

3 ALGUNS MARCOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL

Com o propósito de situar, de modo bastante resumido, alguns momentos da Psicologia brasileira para a compreensão da importância da Psicologia comunitária, são destacados aqui, alguns marcos importantes que afetaram a formação de profissionais nessa área.

As mudanças na Psicologia coincidem com mudanças nas políticas do Ensino Superior, as quais respondem às políticas econômicas e consensos internacionais do Banco Mundial. A profissão se regula em 1962, em um período que precedeu à instauração de uma ditadura civil-militar em 1964 e a reforma universitária, pelo consenso de Washington em 1968. Desse momento até 1988, os cursos de psicologia tinham um desenho curricular que atendia às exigências de uma formação que marcava a Psicologia como uma profissão liberal e de uma prática atrelada ao modelo médico. Com a constituição de 1988, a democratização do país e a nova lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira, novos marcos legais foram se organizando para que uma revisão pudesse ser efetivada na formação graduada no país. A partir de 1996, movimentos da categoria começaram a questionar a expansão de cursos dentro desse projeto liberal de país. Nos últimos dez anos, um projeto para a profissão passou a ser construído, mas ainda sem a participação da maioria dos profissionais e instituições de ensino, apesar do crescimento dos cursos, sob a orientação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Profissionais no país, e um Estado neoliberal que prioriza a privatização do Ensino Superior. No âmbito desse movimento, as Diretrizes Nacionais da Psicologia possibilitaram que os cursos de formação pudessem se estruturar em projetos pedagógicos que atendessem às demandas sociais preparando profissionais para a atuação correspondente.

3.1 Psicologia comunitária no currículo brasileiro

Nessa circunstância, as estruturas curriculares de inúmeros cursos abertos no país foram formadas de modo bastante divergente, de acordo com o tipo de instituição de ensino, universidades públicas ou privadas, apesar das novas diretrizes. Uma breve análise desse processo, especialmente com interesse na Psicologia Comunitária, foi realizada por Baima & Guzzo (2016), evidenciando que projetos curriculares apresentados ao Ministério da Educação e perfis curriculares descritos nas propostas, não correspondem ao *real programa* dado nos cinco anos da graduação. A produção da pós-graduação, raramente, circula nas salas de aula da graduação, e há ainda a predominância de modelos e práticas clínicas na formação profissional. Esse trabalho, ainda que preliminar, escancarou uma questão importante para as propostas curriculares que se anunciam como emancipadoras – não basta um rótulo de disciplina sem que ela esteja, na grade curricular, realmente inserida no projeto de curso, nas ênfases anunciadas e nas características do perfil do profissional que se anuncia formar. A presença da Psicologia Comunitária nos currículos de formação na graduação, em geral aparece como uma posição burocrática – cumpra-se a apresentação de um outro campo de conhecimento e atuação profissional, mas poucas instituições de ensino assumem como um espaço importante para a formação de um outro tipo de profissional com responsabilidades, competências e habilidades diferenciadas. Isso é uma evidência, sem dúvidas, de que, embora as Diretrizes Curriculares Nacionais tenham aberto as possibilidades de uma ampliação da formação para dar conta de inserção profissional em vários campos de trabalho implicados com as questões nacionais mais importantes, profissionais ainda se formam sem ter vivenciado experiências diferenciadas em relação ao perfil conservador profissional, desde a regulamentação da profissão, na década de 1960.

Embora a formulação da Diretriz Curricular Nacional para a Psicologia tenha alargado horizontes da formação, é ainda preci-

so uma investigação aprofundada de como vem sendo apresentada a Psicologia Comunitária para estudantes. Partindo da consciência de classe que permite a compreensão da realidade, tal como ela se configura, é preciso que quem trabalhe em Psicologia se posicione sobre as consequências de suas ações em seu campo de inserção, respondendo ao questionamento de “para que serve a Psicologia?”. Contrastando os esforços da Psicologia em lidar com problemas do indivíduo, sua ação negligenciou obrigações morais com a sociedade como um todo e com distintas comunidades. A Psicologia tem tornado (e mantido) explícito o processo pelo qual as pessoas *aceitam a ordem social vigente*, da melhor forma possível. Ou seja, seu papel tem sido o de manter o *status quo*!

4 O QUE QUEREMOS PARA A PSICOLOGIA E A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Se considerarmos as diferentes histórias, políticas, éticas e dilemas ainda presentes nas práticas psicológicas, faz-se necessário um esforço de não fragmentação dos processos de formação profissional e o exercício prático em distintos campos. Há uma diretriz maior que confere à formação básica em Psicologia um caráter generalista. Isso não significa que os programas de graduação se organizem em estruturas curriculares fragmentadas e superficiais. As diretrizes nacionais permitem ênfases curriculares que deveriam oferecer, a quem se forma, o aprofundamento em uma área de estudos, além de uma complementaridade para a formação docente na Psicologia. No entanto, seja porque não compreendem o sentido das ênfases curriculares, seja porque não definem de modo claro o perfil profissional com que se comprometem, as Instituições de Ensino Superior raramente conseguem estruturar um eixo aprofundado de formação em que estejam claras: a definição do perfil para a área; fundamentos teóricos e metodológicos que sustentem o Projeto Pedagógico; e a Ética para o trabalho profissional com estágios e compromissos com a sociedade. Além das

instituições de ensino, o conjunto das associações, autarquias, sindicatos e fóruns da área não se organizam para a definição coletiva das principais políticas que orientam responsabilidades profissionais. O projeto ético-político da área para o país ainda carece de uma maior participação da categoria.

Para a construção de um novo projeto ético-político que responda às atuais demandas da realidade, é preciso um esforço de inserção verdadeira nos espaços públicos e comunitários com um outro modo de pensar e agir, acompanhado de uma coerente formação para o trabalho. É preciso clareza com o compromisso de desenvolver a participação social, sobretudo de pessoas excluídas das formulações, desenvolvimento e controle social das políticas públicas. Assim, o movimento da Psicologia Comunitária deve resultar em impactos de mudança e autonomia nos movimentos sociais e nas organizações comunitárias. Se não queremos um compromisso da Psicologia com o sistema de dominação, precisamos responder a quem a Psicologia está servindo de fato; precisamos conhecer a realidade e o cotidiano das comunidades onde as pessoas vivem; precisamos vislumbrar alternativas à ordem estabelecida e isso requer uma organização coerente e forte de profissionais comprometidos com políticas concretas e em confronto com os abusos, as violações, as corrupções, as explícitas posturas de preconceito e exclusão.

Os movimentos de resistência e insurgência que têm potencialidades de mudança precisam ser fortalecidos, por meio de espaços de convivência, ação e reflexão em coletivos distintos – escolas, movimentos sociais, organizações comunitárias, conselhos populares etc.

Esses são espaços, por excelência e compromisso, da Psicologia Comunitária. Por isso, é preciso promover debates sobre o perfil profissional necessário para operar mudanças, organizar veículos de disseminação, troca e visibilidade das práticas profissionais, formulações teóricas e suas consequências nos espaços sociais para descoloni-

zar a Psicologia. E esse papel cabe à Psicologia Comunitária a serviço da emancipação política e humana.

REFERÊNCIAS

- Baima, L.S. & Guzzo, R.S.L. (2016). Formação em Psicologia e Prática Comunitária: Problematização da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Revista Psicologia Política* (Impresso).
- Bastos, A.V.B.; Gondim, S.M.G. & Rodrigues, A.C.A. (2010). Uma categoria profissional em expansão: Quantos somos e onde estamos? In: A.V.B. Bastos & S.M.G. Gondim (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 32-44). Porto Alegre: Artmed.
- Borges-Andrade, J.E.; Bastos, A.V.B.; Andery, M.A.P.A.; Guzzo, R.S.L. & Trindade, Z.A. (2015). Psicologia brasileira: Uma análise de seu desenvolvimento. *Universitas Psychologica*, v. 14, pp. 865-880.
- Brasil, Ministério da Educação (2016). Diretório dos Cursos de Graduação. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 29/01/2016
- Brock, A.C.; Louw, J. & van Hoorn, W. (Eds.) (2004). *Rediscovering the History of Psychology*. New York: Kluwer Academic Publishers.
- Engels, F. (2002). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Ruth M. Klaus, Trans.). São Paulo: Centauro.
- Freitas, R.H. (Org.). (2008). *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino [online]*. 133 p. ISBN978-85-99662-83-0. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- González Rey, F.L. & Martínez, A.M. (2013). Three critical approaches to psychology in Latin America – Their rise and fall. *Annual Review of Critical Psychology*, 10, 642–662.
- Guzzo, R.S.L.; Marçal, C. & Rybka, L. (2013). Different facets, problems and potentialities for critical psychology in dealing with the everyday life of the Brazilian working class. *Annual Review of Critical Psychology*. 150-162.

- Holzkamp, K. (No prelo). *Ciência Marxista do Sujeito*. Maceió: Coletivo Veredas.
- Jacó-Vilela, A.M.; Ferreira, A.A.L. & Portugal, F.T. (Eds.). (2005). *História da psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Martín-Baró, Ignacio. (1996). *Writings for a liberation psychology*. Londres: Harvard University Press.
- Martín-Baró, Ignacio. (1998). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Massimi, Marina (Ed.). (2004). *História da psicologia no Brasil do século XX*. São Paulo: EPU.
- Massimi, Marina & Guedes, Maria do Carmo (Eds.). (2004). *História da psicologia no Brasil: Novos estudos*. São Paulo: Educ.
- Montero, Maritza. (2012). *De la Otredad a la Praxis Liberadora: La Construcción de Métodos Para la Conciencia*. Conferencia presentada en el IV Congreso de Intervención y Praxis Comunitaria – Universidad de Chile.
- Nunes, E.O. (2004). Notícia: Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 20, n. 2, pp. 205-208
- Parker, I. (1989). *The crisis in modern social psychology – And how to end it*. London: Routledge.
- Parker, I. (2007). *Revolution in psychology: Alienation to emancipation*. London: Pluto Press.
- Parker, I. (2015). *Handbook of Critical Psychology*. Sussex: Routledge
- Paulino, R. (2010). *Socialismo no século XX: O que deu errado?* São Paulo: Letras do Brasil.
- Prilleltensky, I. (2008a). The role of power in wellness, oppression and liberation: The promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 116-136.
- Prilleltensky, I. (2008b). Understanding, resisting and overcoming oppression: Toward psychopolitical validity. *American Journal of Community Psychology*, 31, 195-201.